

A socialização disciplinar da família batalhadora

The Disciplinary Socialization of the Struggled Family

Ricardo Visser

Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora com estágio sanduíche na Humboldt Universität zu Berlin. Participou de pesquisa na Alemanha recentemente compilada no livro de co-autoria: Reproduktion sozialer Ungleichheit in Deutschland. Atualmente atua como assessor e pesquisador no Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). E-mail: ricardovis@gmail.com.

Artigo recebido em 6/07/2015 e aceito em 24/08/2015.

Resumo

O presente artigo resgata articular uma sociologia da família ao investigar as diferentes variantes que compõem sua especificação de classe. Ele apresenta resultados comparativos entre dois tipos experiência social de classe: uma na nova classe trabalhadora brasileira e a outra num contexto de classe média estabelecida, no qual as contradições primárias com o mundo do trabalho por necessidade se veem atenuadas. O texto refere-se a uma pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas em profundidade, nas quais se buscou reconstruir os horizontes sociais desiguais das classes. Dentro deste parâmetro, introduz-se uma sociologia das disposições sociais, entendendo a categoria de família não como uma unidade fixa, mas dinâmica. Assim, tem-se como alçada a interpenetração entre uma teoria das classes sociais e de seus modelos familiares na modernidade.

Palavras-chave: classes sociais; sociologia da família; trabalho; modernidade.

Abstract

The present article aims to articulate a sociology of the family through the investigation of the different variables which compose class determinations. It presents comparative results between two kinds of social class experience: the first one is the new Brazilian working class and the second one is observed in the established middle class, in which the primary contradictions of precarious labor are attenuated. The text is based on the sociology of dispositions, focusing on the understanding of the concept of family not as a static unity, but as a dynamic one. In this sense, the interplay between class theory and different family models in modernity is taken into account.

Keywords: social class; sociology of the family; labor; modernity.

Introdução

A sociologia da família é aquela que busca compreender os encadeamentos emocionais, afetivos e cognitivos que constroem o patrimônio de disposições dos indivíduos socializados. Por disposições entendemos a formação de tendências para um determinado tipo de ações. Seu traço *aprendido* e não natural é absolutamente essencial na compreensão dos fenômenos sociais constituintes da base de socializações primárias dentro de uma classe social. Estes patrimônios disposicionais nascem engendrados em um longo exercício cotidiano de introjeção e incorporação de determinadas práticas sociais. Isto é, o sociólogo não pode abster-se de investigar os elementos fundadores das classes sociais dentro do ambiente familiar.

No caso dos Batalhadores Brasileiros pesquisa da qual pude fazer parte, um tipo de socialização familiar muito peculiar vem à tona: *a socialização disciplinar no e através do trabalho*. Esta não se baseia apenas na imposição nua e crua da autoridade, mas possui o propósito de despertar admiração pelas figuras familiares, contendo até certo elemento “lúdico”. Deste modo, ela exhibe uma característica de formação da individualidade e da personalidade, participando mesmo do que se pode chamar de uma cultura familiar de classe. Aqui, separar os fatores econômicos, culturais e psicoemocionais privilegiando uma explicação causal, na qual uma das variáveis se sobrepõe como “necessidade” em detrimento das outras nos conduz simplesmente a um reducionismo. Veremos então, como o aspecto econômico também está ligado à formação do estilo de vida na medida em que estas práticas se generalizam nas interações de um grupo. O trabalho social, principalmente o especializado em função do seu capital cultural/escolar particular, agrega sua dimensão simbólica ao incutir uma visão de mundo e uma racionalização particular do comportamento social no patrimônio de disposições individuais, mesmo que não incorra numa necessária tomada de consciência de classe revolucionária. Por outro lado, ele é uma mercadoria, em razão de seu desempenho impessoal ser trocado pela renda em dinheiro – um salário. A dimensão ético-valorativa (cultural) e a

“mercadológica” definem o trabalho social moderno. Ele exige tanto a adesão subjetiva e um compromisso do trabalhador ao conteúdo, mas em contraste um distanciamento deste produzido por ser recompensado em dinheiro.

Se existem, no mundo social, famílias que se estabelecem de modo diferencial, estes últimos se realizam enquanto matrizes formadoras de disposições. O *ethos* familiar de classe dos batalhadores se torna visível através de um tipo trabalho social particular. Em distinção com as classes médias burguesas em meio as quais a trajetória profissional é primeiramente racionalizada através da incorporação de disposições para o estudo, nas classes trabalhadoras, esta socialização acontece por uma inserção prematura no mercado de trabalho, o que envolve um grupo específico de profissões localizadas nas posições inferiores do espaço econômico. Ela fundamenta os vínculos de admiração dentro da família enquanto os laços de solidariedade primários se constituem, estimulando obrigações morais internas enquanto integra o indivíduo ao seu universo social. Portanto, a socialização disciplinar do trabalho produz um efeito de aderência sobre a criança, pois impede com que este seja “perdido” para o seu inimigo mais mortal: a delinquência.

1. A socialização disciplinar através do trabalho social

A primeira questão que precisamos abordar para avançar no entendimento da socialização disciplinar do trabalho é que ela se faz em contraposição à delinquência, e em certa medida alheia ao sistema de ensino. A primeira seja ela de qual ordem for, constitui a desclassificação social máxima, de modo que a família de classe não consegue estabelecer vínculos de admiração e autoridade fortes e sólidos o suficiente para que o indivíduo se mantenha como parte integrante de seu núcleo social. A delinquência é a força destruidora contra a qual a socialização disciplinar do trabalho atua, afirmando a unidade afetiva familiar em face do poder fragmentador e desintegrador da primeira. Em nosso entrevistado Daniel (32), isto surge de modo claro. Ele é um pequeno comerciante de frutas em uma arca na cidade de Campina

Grande e é beneficiário do programa CrediAmigo. Tendo uma origem parcialmente rural, ele aprendeu a trabalhar com os pais, o que é um grande motivo de orgulho e autoafirmação. Quando perguntado sobre sua relação com seus filhos ele responde:

A gente que entende das coisas, a gente percebe. Um fala um negócio ali ou outro fala acolá. A gente vai pegando. Quer dizer, você pega o seu filho e solta no colégio, certo? Depois na hora de entrar dentro do carro, você não conheceu os amigos dele, você não conheceu o professor dele, você não conheceu ninguém. (...) Tudo isso a gente tá em cima. E outra coisa: na criação dos seus filhos, muito cuidado nas amizades. Sempre que chega um amigo dos meus meninos eu mando ele entrar pra gente conhecer ele. Saber a maneira que ele fala. Dependendo da maneira que o 'cidadão' fala, você já tem uma noção. Você já tem uma noção da criação dele. (...) Você tem que botar o amigo do seu filho dentro da sua casa pra você conhecer ele. Vem cheio de gíria, esses negócios, você já sabe de onde vem. Dependendo da situação... Você aceita, impõe umas regras ou então, "não dá pra você não". (...) Às vezes tem vergonha que a mãe vai buscar no colégio. Não tem problema não! Você tem vergonha, mas "nóis" vai assim também! Eu quero participar da sua vida até o último dia da vida. (Daniel, 32, comerciante no ramo de frutas).

Podemos complementar esta passagem de Daniel chamando atenção para o fato de que manter o seu filho "ocupado" é simplesmente um quesito fundamental deste modo de socialização. Ademais, identificamos nesta "fala" outra dimensão socializadora preponderante: ele (Daniel) se coloca como autoridade moral e simbólica na formação da auto-responsabilidade de seus filhos. Assim, toda escolha de "certo e errado" contém anteriormente *um princípio pré-escolhido* em que as figuras familiares podem, em situações limite, impor suas regras e seu modo de vida. O contrário se daria quando o pai ou a mãe não se interpusessem entre a "rua" e o seu filho, imputando neste a decisão total pelo seu destino social. Neste caso, a aparente "escolha pura" não é acompanhada pela introjeção de um comportamento avaliativo, decorrente de uma socialização disciplinar prévia, o que incorreria na "atomização" destrutiva do patrimônio de disposições individuais. Ao dizer quais amizades "são próprias e quais não" ou simplesmente impondo ("não dá para você"), ele introduz a seleção prática no que tange a frequência dos

círculos sociais. Ou seja, a família se estabelece, segundo nosso caso empírico, obrigações e compromissos sociais de “dentro para fora” enquanto se fecha como em sua unidade relativa em oposição ao “público”. Podemos distinguir esta categoria, seja o “público” ou a “rua” a partir de uma primeira ordem, em que esta – em razão de uma indiferenciação original - se coloca como abertura ameaçadora (uma trajetória delinquente) e o de segunda ordem em que a interação entre família e instituições como Estado, mercado, religião, sistema escolar, de saúde e etc., ocorre tendo como base a integração simbólico-cultural básica da família.

A partir da narrativa detalhada de nosso entrevistado encontramos não apenas uma espécie de receio geral e etéreo, mas um comportamento efetivo em situações cotidianas concretas. A preocupação com a origem social dos amigos de seus filhos se configura como um cuidado prático e cotidiano, procurando antever possíveis atitudes sociais julgadas como “perigosas”. Este efeito de encerramento familiar em face da exterioridade social inclui o reconhecimento pré-reflexivo de um padrão de comportamento desejável ou indesejável, isto é, a construção de uma “alteridade impessoal” da qual se deve manter distância. Este é o sentido da assertiva sobre as “gírias” e o uso de uma linguagem demasiadamente informais associadas neste contexto, a um possível habitus delinquente projetado em um “outro abstrato”. A ambiguidade estrutural deste processo social no ambiente familiar se deixa transparecer na ideia de que a proteção através da estipulação de obrigações sociais interiores (efeito de encerramento) é acompanhada pela construção praxeológica de um estigma das classes localizadas mais abaixo na hierarquia social. Norbert Elias e John Scottson (1993) haviam percebido que tão central na estigmatização de certos grupos sociais não é apenas a condenação objetiva às posições degradantes, mas igualmente a construção da “imagem coletiva” dos dominados pelos dominantes. Por esta razão, não é de modo algum arbitrária a fofoca como dispositivo social responsável pelo desenho, muitas vezes exagerado e homogêneo, destas características. O distanciamento com relação aos grupos sociais desclassificados é o meio pelo qual ao mesmo

tempo se afirma sua própria identidade no espaço social. Isto pode ser ainda mais bem ilustrado quando se enfrenta um problema como o alcoolismo:

Eles (os pais) sempre me ensinaram o caminho do bem. Eles sempre tinham cuidado comigo quando eu saía para beber. Se ele soubesse que tava bebendo em qualquer canto de Campina Grande, ele ia atrás de mim. “Por causa que” ele tinha medo de acontecer algo comigo. Ele sempre me dando conselho dizendo que esse caminho não era bom pra mim e nem pra ninguém (Seu José, 55 anos, comerciante no ramo de plastificações, Xerox e artesão).

Observamos em seu José a mesma configuração familiar que Daniel tem com seus filhos dentro de uma preocupação prática, o que inclui cuidado, atenção, carinho, mas também a imposição da autoridade simbólico-moral. A partir de um caso limite como este, observamos como uma rede familiar batalhadora bem construída influencia as chances de recuperação. Do contrário, o abandono familiar significaria fatalmente o ingresso permanente no mundo de outras drogas e do álcool. Ir atrás do filho pela cidade em suas noites de bebedeira implica no mesmo princípio protetor não escolhido que Daniel aplica aos seus filhos.

Como tantos outros Batalhadores pequenos comerciantes Daniel depende de seus filhos e parentes para tocar o seu negócio. O tamanho e o nível relativamente baixo de diferenciação interna das funções internas de seu empreendimento se encaixam com o negócio familiar, o que realça os laços de confiança entre família e trabalho. Ele desempenha quase todas as funções do seu empreendimento, não assumindo este um esquema organizacional de uma burocracia econômica impessoal. O dinheiro desempenha, neste modo de socialização, um papel nada menosprezável; não sob a categoria de renda, mas na formação da identidade trabalhadora na medida em que remunera uma atividade desempenhada através de um meio de troca universal:

P- Você pretende chamar um funcionário, colocar alguém para trabalhar aqui com você?

Daniel – Meus filhos mesmo. (...) Meu filho de 13 anos tá entendendo? Aí no tempo dele ele começar a estudar mais e se movimentar para o trabalho. Quero que eles trabalhem e

estudem. (...) Pensar que ele não me dá trabalho; mas só que eu tenho que botar ele pra fazer alguma atividade. Quando tiver alguma coisa, alguma prova ele vai. Pago o curso (de informática e montagem), entendeu? (...) Mas só por que eu to investindo não dá a ele o direito de ficar em casa parado não. Tem que tá aqui me ajudando também, né? Você cria um menino sem atividade, sem... tem que movimentar, pelo menos deixar ocupado. (...) Esse ano agora é que eles vão vir pra "aqui". Vão estudar de manhã e a tarde vai tá aqui. Enquanto eles não arrumam um emprego lá; eles tão ganhando o dinheiro deles aqui. (Daniel, 31 anos, feirante e vendedor de frutas)

Ou ainda na passagem de atendentes de telemarketing:

P – Então você ajuda em casa?

Rodolfo – Ajudo. O meu ticket geralmente é pra casa. São por volta cem reais, né? Aí eu dou geralmente mais da metade pra casa, entendeu? Compro uma coisa ou outra pra mim, uma geladinha e o resto eu ajudo em casa. (...) Eu e meu pai que seguramos as pontas (Rodolfo, 21 anos, Atendente de telemarketing).

P- E você ajuda em casa? Com o que você ganha?

R- Aí era sempre meu pai, mas agora que eu estou na Embratel sou eu e ele que seguramos as pontas. É até bom porque deu pra dar uma aliviada. É assim, a gente recebe o ticket alimentação lá. Então, o ticket eu dou todo pra ela. Não é tanto assim, mas eu dou ele todo, porque... É um prejuízo. Às vezes você fica em casa o dia inteiro... Esse lance de banho demorado, come muito. Então, eu deixo o ticket pra ela mesmo. Ela até prefere que eu deixe isso pra ela possa fazer compras, essas coisas (Roger, 18 anos, atendente de telemarketing).

O dinheiro no ambiente familiar batalhador cumpre um efeito psicológico-cultural nodal. Georg Simmel (2009) havia percebido esta questão na medida em que os efeitos da expansão da economia monetária se arraigavam na maneira pela qual os indivíduos intersubjetivamente organizados interagem. O dinheiro possui, portanto, uma esquematização psíquica particular na cultura moderna (capitalismo moderno), exigindo um comportamento social singular de quem o maneja. No caso de Roger e Rodolfo, esta distinção é um pouco destoante, pois ajudam com o ticket refeição reconvertido em compras. Contudo, mesmo que não se trate de dinheiro em espécie, o papel social desempenhado é similar, corroborando as

necessidades materiais imediatas como sendo uma preocupação efetiva dentro do seio familiar (sob a forma de contribuição no orçamento). A socialização trazida pelo dinheiro “impessoaliza” a atividade laboral, transformando-a em uma ação racionalizada, constante e cotidiana. Assim, num contexto familiar não tão rente às privações econômicas imediatas, o trabalho social adquire na infância um caráter descontínuo e mais flexível. Este é o caso dos empreendimentos familiares mais diferenciados, nos quais se vislumbra mais facilmente uma estabilização de sua posição relativa em sua sub-região correspondente no campo econômico. No trabalho *Para uma sociologia do dinheiro: investigação sobre disposições econômicas de classe* (VISSER, 2015), procurei retrabalhar o conceito de oferta e demanda sociologicamente na medida em que estes refletem um estado particular do trabalho nas classes trabalhadoras “empreendedoras”. A posição relativa empreendimento popular no espaço econômico é marcada pela *oferta inflacionada* e pela *demanda instável*, o que impede a expansão do cálculo para a totalidade da unidade produtiva. Além disso, à medida que o empreendimento se diferencia, ocupando posições mais altas na hierarquia do campo econômico e aumentando as chances de acumular individualmente, o lucro em dinheiro se torna mais complexo e dependente do conhecimento estratégico do campo econômico na administração dos recursos do empreendimento.

O que parece estar em jogo na socialização disciplinar na família batalhadora confirma a ideia de que o indivíduo deve galgar o reconhecimento como “produtor economicamente útil” já num ponto anterior da trajetória social e profissional. Sua posição no seio familiar depende disso. O cruzamento entre condições, disposições econômicas e família de classe impõe aos Batalhadores um constrangimento duplo: sua posição na hierarquia do campo econômico antecipa a transformação do corpo em corpo útil para o mercado de trabalho, pois se trata de uma classe próxima aos espaços de delinquência, impondo um constrangimento ao tempo livre. O tempo “livre”, ou seja, o tempo potencialmente utilizado pelo indivíduo para desenvolver seus interesses intelectuais é neste contexto, visto como tempo possivelmente

perigoso¹. A família batalhadora estabelece relações de interdependência direta entre os membros imediatamente dependentes entre si, enquanto a família burguesa se caracteriza por uma interdependência indireta, não dependendo diretamente uns dos outros para sobreviver. Em suma, o agente social possui pouca mobilidade em seu patrimônio de disposições e uma limitação temporal no que tange a utilização do tempo para atividades que não mantêm qualquer afinidade imediata com a dinâmica familiar. Por conseguinte, revela-se o elemento integrador do trabalho social na família, o que no caso masculino passa pela afirmação de sua própria virilidade ao deixar para trás os traços simbólicos que caracterizavam sua infantilidade. Não por acaso a associação de Rodolfo com a figura paterna e não com a de sua mãe, que também trabalha. No que concerne esta temática, a afinidade eletiva entre disposições econômicas e trabalho surge como uma perspectiva fundamental, pois, para as camadas sociais pobres, o uso de boa parte do dinheiro assume um traço pré-eleito:

Caso os preços de pão, batata, petróleo, lã, cerveja e agulha subissem em sua porcentagem, então a manutenção de vida de famílias abastadas seria pouco tocada, pois estas necessidades primárias ocupam uma parcela cada vez menor do consumo total quando subimos na escala de renda. (...) enquanto o pobre precisa gastar toda sua renda; ao rico permanece uma parcela restante cada vez maior da renda em dinheiro reservável ao consumo de bens de luxo. (Simmel, 1915, p. 5) (tradução minha).

Outro aspecto que se torna sacrificado no uso do dinheiro em meio às classes populares se elenca ao conjunto de disposições de retaguarda financeira marcada pela inconstância e a incerteza. Ao fim e ao cabo, isto se reverte numa alçada mais limitada com relação não apenas ao acesso à circulação de determinadas mercadorias, mas também no que se refere ao

¹ Até mesmo o conceito de capital cultural (em seu estado incorporado) pressupõe um tipo de socialização temporal particular fora do mundo do trabalho desqualificado ou precariamente qualificado, seja por meio da canalização concentrada do tempo social útil fora da escola para cumprir com as expectativas escolares no seio familiar, ou seja, na incorporação de disposições dos estudos, seja na educação burguesa em que o estudo não aparece como atividade cotidianamente imposta, mas relativamente relaxada, ou seja, não como desempenho escolar competitivo, mas como decorrência de uma atividade lúdica de despertar diferentes áreas de interesse pela arte, leitura, música, ciências e etc.

horizonte temporal encurtado no uso do dinheiro. Esta é a marca na arquitetura das disposições econômicas batalhadoras. Levando em consideração a constituição do arcabouço disposicional destes indivíduos, fica clara a maneira pela qual o ambiente familiar influencia concretamente a trajetória profissional dos batalhadores. O reconhecimento como trabalhador economicamente ativo dentro do ambiente familiar engrossa os vínculos emocionais com os pais bem como com outros membros da família. Deste modo, a família batalhadora do pequeno comércio transmite, principalmente no campo, a importância valorativa do trabalho através de sua pedagogia laboral cotidiana e direta, na qual o “filho” trabalha diretamente com o pai. Já em cidades maiores, o sistema de ensino desempenha um papel mais ativo, operando um efeito de frenagem e “inflacionamento” dos títulos escolares nas classes populares. Este processo social envolvendo Estado e mercado forma uma força de trabalho inflacionada e, portanto, sempre sujeita às intempéries do empregador em face da formação de um exército de reserva. O fracasso escolar se vê reforçado pela incapacidade de se manter como estudante através de estratégias sociais de reinvestimento social na trajetória escolar. O fato de Roger perceber suas necessidades materiais básicas pela chave da auto responsabilidade e sua consequente redução ao dinheiro reflete a autoimagem de si enquanto força de trabalho em seu seio familiar.

Ao adentrarmos as regiões rurais e o pequeno comércio, a continuidade segmentar entre família e trabalho é tamanha que a percepção do trabalho é completamente naturalizada:

Não, ele (ele se refere ao pai) morreu eu tinha quatro anos. A gente só não plantava, mas colhia e vendia. Aí é a família todinha... Tá no sangue mesmo. Como se tem aí família de pessoal aí que tem muitos advogados: pai advogado, filho e por aí se vai... Só que a minha área foi outra. (Daniel, 31 anos, feirante e vendedor de frutas).

Ou então:

É... Eu posso dizer por que ele sempre criou a gente trabalhando, negociando. Ele sempre dizia para a gente que negociar era melhor do que trabalhar. Por que pra si próprio, se você ganhasse

um real, que era bom, que era seu. Você tava trabalhando pra você mesmo. Você era o patrão de você. Através disso aí eu fui trabalhando, mas vi que o comércio era melhor (Seu José, 55 anos, comerciante no ramo de plastificações, Xerox e artesanato).

Ainda que sua família não possuísse uma pequena propriedade rural, a proximidade com o pequeno comércio presente em tantas cidades do norte e nordeste brasileiro organiza a continuidade estrutural entre família e trabalho. A “paisagem social” de uma cidade comercial como Campina Grande confirma esta hipótese com diversas arcas e feiras espalhadas. Através de uma socialização disciplinar do trabalho se constituem os laços afetivos principais entre os familiares. Enquanto corpo social, a família exibe uma dupla característica: ela é tanto o *locus* das heranças psicossociais quanto das biológicas mais imediatas. Nela o agente social incorpora igualmente uma cultura particular como hábitos, costumes, etiqueta, modo de uso da linguagem, etc., mas igualmente traços biológicos e fenotípicos como cor dos olhos, cabelos, propensões a doenças e etc.

As distinções entre enclave rural, a pequena cidade comercial e a grande cidade influenciam as linhas dos padrões emocionais e materiais de classe que separam os batalhadores brasileiros de uma classe social como a Ralé Estrutural (SOUZA et al., 2009). Como decorrência disso, a incidência destes esquemas morais e materiais caracterizadoras de uma classe ou de outra é mais determinante segundo o lugar onde estas famílias se encontram. A maior proximidade e encerramento entre as esferas e círculos sociais em cidades menores ou em enclaves rurais preservam o seio familiar de uma desclassificação mais brutal na sociedade local. Ainda que a delinquência seja inegavelmente um comum destino mesmo em pequenas cidades comerciais como Campina Grande, esta não se compara com a abrangência e a complexidade organizacional de verdadeiras empresas nas grandes cidades; rotas do grande comércio de armas e drogas. A família consegue então, manter um controle social mais forte, porque sua contra força destruidora não é tão ameaçadora. Como um espaço social, a cidade impõe o seu ritmo, diferenciando veementemente trabalho, família e interpondo o dinheiro entre os dois. Neste sentido, ela dilacera a transmissão disciplinar por um

aprendizado cotidiano direto do trabalho, principalmente se este envolve o aprendizado de competências sociais e cognitivas prévias, isto é, algum capital escolar cultural². Por outro lado, o mercado de trabalho urbano depende estruturalmente da especialização impondo de modo muito mais radical a qualificação e a formação escolar/universitária como critério pessoal classificatório da concorrência da força de trabalho. Isto retrata a noção de que incidência da ralé estrutural é preponderantemente um fenômeno dos grandes centros urbanos brasileiros em que esta classe encontra uma concorrência extremamente inflacionada, impedindo com que um trabalho social menos qualificado proporcione condições socioeconômicas de vida minimamente estáveis e contínuas. Como consequência disso, o valor simbólico-econômico do mesmo trabalho social não é segundo este raciocínio, o mesmo e muito menos constante. Sendo assim, ser cozinheira ou empregada doméstica em São Paulo não garante as mesmas condições objetivas do que o mesmo emprego em cidade menor.

Quanto mais uma cidade se expande e diferencia sua divisão social do trabalho, mais a economia monetária se sedimenta elegendo o dinheiro como denominador comum de todos os valores qualitativos. Ele generaliza mercadorias e serviços como base fundamental da troca e das interações sociais. Além disso, o volume elevado, a extrema intensidade e rapidez da circulação do capital econômico junto às distinções mais demarcadas entre as classes constituem uma hierarquia seletiva muito feroz do dinheiro, desestabilizando a existência social das classes localizadas em posições inferiores, o que tende a incutir um efeito desagregador (tendo na outra ponta delinquência como destino provável) muito cruel no ambiente familiar. Deste modo, a dinâmica própria da luta de classes nas zonas urbanas acelera o uso do capital econômico, subjugando o patrimônio de ações econômicas das classes dominadas a uma alçada temporal muito mais curta e instável. Não à toa, os efeitos simbólico-econômicos da desvalorização real do dinheiro são

² O micro comerciante como o camelô é certamente uma exceção. Aliás, o trabalho informal é em geral um caso aparte, pois não há um empregador imediato se interpondo entre família e trabalho.

primeiramente sentidos nas grandes cidades³. Por isso, as disposições econômicas de retaguarda como poupança, previdência, seguro, investimento e etc., - frutos de um aprendizado prévio - mínguam diante de condições econômicas extremamente adversas em que o uso racional e previsível do dinheiro se encontra enfraquecido. Ademais, as disposições econômicas permanecem geralmente em seu estado indiferenciado na medida em que esta prática social orbita em um número muito limitado e repetitivo de mercadorias e serviços, prevalecendo tensões internas estruturais entre gastos pontuais. Este é sem dúvida um dos sentidos simbólico-culturais mais plenos das urgências econômicas - introdutoras de uma dinâmica própria com o dinheiro enquanto as classes dominadas sofrem de modo muito profundo com as flutuações do mercado.

Dentro deste espectro, podemos sem medo de ser mal compreendidos, falar numa *violência simbólica sobre o trabalho social* muito mais acentuada nas grandes cidades, já que a recompensa em dinheiro (a renda) pelo desempenho impessoal influencia - para nos valermos da linguagem de Pierre Bourdieu - na estrutura temporal das categorias de percepção e pensamento destas classes sociais. Argumentamos com a ideia de que a criação desta desestabilização temporal do uso do dinheiro mais recorrente nas grandes cidades contribui fortemente na reprodução de padrões sociais e emocionais predatórios da Ralé estrutural. Se o valor de uma atividade laboral é relacional, o conceito de violência simbólica do trabalho visa à compreensão da associação entre uma classe de ofícios e ocupações e sua situação de instabilidade e miséria econômica. Para tanto, partimos da aceção de que este elo é histórica e socialmente construído através de mercado e Estado e posteriormente naturalizado.

A socialização disciplinar no trabalho dos batalhadores brasileiros é o traço mais marcante de sua organização familiar, construindo não apenas sua posição estritamente econômica imediata, ou seja, a sua definição enquanto classe de renda particular, mas sua dinâmica psicossocial singular. Sob este prisma, ela constitui *uma cultura familiar de classe* particular enquanto um

³ Este é o caso da inflação quando não é acompanhada pela redistribuição real e efetiva do lucro econômico entre as classes sociais como contrapartida.

“tipo ideal” ou uma “forma” do aprendizado de disposições. Deste modo, entendemos que a recorrência única deste fenômeno repousa sobre a base de sua relevância qualitativa. É precisamente este tipo de interdependência positiva que estabelece vínculos emocionais de respeito e admiração primários entre os parentes. Ele cria uma solidariedade mecânica, para usar linguagem de durkheimiana (2008), isto é, uma totalidade unitária e coletiva preponderante - como diz seu José, em sua família “*tudo é um*”⁴.

De algum modo, este tipo de socialização exibe uma íntima afinidade eletiva com o trabalho informal desqualificado, já que este não exige qualquer preparo prévio e nenhum capital cultural especializado no seu desempenho – um capital propriamente escolar. Esta nuance é essencial para compreendermos como esta configuração familiar se relaciona de maneira inversamente proporcional com a capacidade que o sistema de ensino tem de sustentar um acoplamento orgânico com a divisão social do trabalho, absorvendo a força de trabalho nele ingressante. Em sociedades em que isso aconteceu (na Europa e nos E.U.A.), houve uma diminuição estrutural do trabalho infantil e do trabalho informal⁵, em razão de a integração da força de

⁴ O conceito de preponderância – em contraste com a eliminação - de um tipo de solidariedade social sobre o outro é usado por Durkheim. Logo, podemos afirmar com segurança que para esta fração inferior dos batalhadores brasileiros, a solidariedade mecânica familiar, em que a unidade familiar indistinta desenvolve, por meio desta socialização disciplinar do trabalho, uma solidariedade mecânica entre os membros na medida em que a interdependência (também em vista da alçada temporal e econômico-familiar curto prazista) entre cada indivíduo social se impõe diretamente.

⁵ Nas famílias maiores o nível de ocupação das crianças e adolescentes foi mais elevado. Na população de 5 a 17 anos de idade pertencente a famílias com 7 componentes ou mais cerca de 20% eram ocupadas, enquanto no contingente de crianças e adolescentes que faziam parte de famílias com menos de 7 componentes esta proporção ficou em torno de 11%. Este mesmo comportamento foi observado em todas as regiões. O nível de ocupação das crianças e adolescentes apresentou-se em três patamares bastante distintos em função de rendimento mensal das famílias a que pertenciam. O percentual de ocupados no contingente de crianças e adolescentes situou-se em 18,9% na faixa de até 1/2 salário mínimo de rendimento mensal familiar, reduziu-se a 7,5% na faixa de 10 salários mínimos ou mais e oscilou entre 12,2% e 13,7% nas compreendidas entre mais de 1/2 salário mínimo até 5 salários mínimos. Dados PNAD p. 38-40. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/trabalho_infantil/trabinf2001.pdf.

Em um artigo sobre trabalho infantil no Brasil do jornal O Globo do dia 18/05/2014 foi apontado o comércio (informal), serviços domésticos, carvão e indústria (têxtil e cerâmica) como os nichos econômicos que mais empregam crianças e adolescentes. São 3,5 milhões de trabalhadores até 17 anos tendo 81 mil desta porção entre de 5 a 9 anos de idade.

Quanto à economia informal, alguns dados são ilustrativos, ainda que não se possa tomar esta categoria como totalmente homóloga aos tipos de trabalho típicos mais incidentes nos batalhadores. Ela abrange apenas trabalhos não tributados. Contudo, no Brasil, o emprego

trabalho exigir a incorporação de conhecimento cada vez mais especializado, mediado pelo sistema de ensino. Parte deste processo foi tributário do progresso técnico dos meios de produção, eliminando paulatinamente o caráter manual do trabalho social (HONNETH, 1980), na constituição de uma força de trabalho especializada crescentemente dependente de competências sócio-intelectuais especializadas como o cálculo e a linguagem escrita. Com o avanço das forças produtivas o trabalho vivo - ou a capital variável - foi perdendo o seu lugar estrutural na produção de mercadorias enquanto o mundo do trabalho social foi exigindo a incorporação de capitais escolares-culturais (inclusive os técnicos e científicos) especializados, seja para operar máquinas mais complexas, seja para trabalhar na dimensão administrativo-burocrática dos grandes empreendimentos, no setor de serviços ou para desenvolver novas tecnologias. No capitalismo atual, o trabalhador qualificado precisa antes de tudo ser capaz de aprender e incorporar um conjunto de competências sociais particulares, o que incorre na introdução de um tempo social de preparo deste. A eliminação do aspecto artesanal⁶ do trabalho moderno corrobora a impossibilidade de se aprender o ofício no local de trabalho ou na família, expurgando em parte, o lócus do conflito para as chances desiguais que as classes sociais dispõem no sistema de ensino. Todos estes são reflexos da interpenetração entre sistema de ensino e divisão social do trabalho no campo econômico.

2. Da tensão entre trabalho e estudo à conversão de estudo em trabalho

informal se conecta com este tipo de trabalho social em que a pedagogia familiar está a sua sombra. Em 2012 este setor representou 43% da totalidade da força de trabalho empregada. É preciso notar também que o emprego formal subiu de 44,6% para 56,9%.

⁶ No mesmo texto citado acima, Honneth afirma que esta passagem ocorreu com a revolução industrial no último terço do século XIX em que a automatização da atividade laboral pela máquina, dona do ritmo produtivo, simplesmente destruiu o caráter artesanal do trabalho social moderno no qual o sujeito produtor ainda envolvia um aprendizado empírico sensorial com a natureza, com os objetos que fabricava e na formação da consciência de seus limites e capacidades. Esta transição enfatizou os traços reprodutivos do trabalho dominado pela máquina, caracterizando seu traço meramente instrumental e despido de qualquer processo de aprendizado durante o seu desempenho.

Gostaria de investigar nesta secção como este tipo de socialização disciplinar produz suas tensões internas. Se por um lado, a formação deste conjunto de disposições é o marco comportamental das classes trabalhadoras, ele é o critério limitador de seu horizonte social de possibilidades. Argumentamos aqui que a necessidade anterior de se inserir no mundo do trabalho desqualificado ou minimamente qualificado de capital escolar desvalorizado (telemarketing) entra em tensão com estratégias concernentes aos estudos, que se convertem em trabalho – o trabalho especializado. Vemos em pesquisa inicial com um grupo de jovens de classe média estabelecida como sua socialização familiar é distinta. Nela, o mais essencial é avançar na compreensão da influência mútua e multi-causal entre capital econômico e a formação de disposições dos estudos duráveis dentro uma constelação familiar de classe singular.

A necessidade mais ou menos urgente de se transformar em um trabalhador espreme o tempo social gasto com o aprendizado do capital cultural-escolar utilizado de modo a incorporar disposições dos estudos mais fracas. De qualquer modo, a trajetória profissional e sua estabilização em uma posição social na medida em que trajetórias outrora possíveis também não são mais vislumbráveis, parece pressupor um constrangimento prévio espelhando as chances de se incorporar um grupo determinado de disposições dos estudos raros. O encurtamento deste escopo se dá no uso específico do tempo social segundo trajetórias de classe. Na fala de Denise (33) percebemos uma socialização familiar destoante das até então apresentadas:

Tinha uma pressão muito forte para ser muito bom no colégio. Tinha essa pressão sim. Se eu tirasse uma nota sete era considerada ruim, no caso. Acima de oito pelo menos. A não ser que a nota sete fosse uma das melhores da turma porque tudo mundo se ferrou muito. Ai tudo bem!

- Sobre seu amadurecimento:

Quando eu entrei no segundo grau a minha mãe aliviou um pouco. Assim, aí não era mais pressão porque no segundo grau você já era mais adulta... Mais culta... Mas assim... No primário era assim nesse nível.

- Sobre a relação com a mãe:

(...) A minha mãe foi sempre incentivada a estudar. Eles eram muito rígidos com a educação da minha mãe. Então a minha mãe não fazia nada em casa. A minha avó entendia, eu acho, que o trabalho de casa era uma coisa menor, que minha mãe deveria se dedicar aos estudos. Ela mãe não fazia nada. A minha mãe quando casou não sabia fazer nada. Era só... tipo assim... Só um sanduichinho (...) (Denise, 32 anos, mestre em engenharia de produção)

Na família nuclear de Denise um dado chama muita atenção: absolutamente todos são engenheiros. Sobressai-se aqui, outro tipo de vínculo com relação aos pais não mais marcado pela socialização disciplinar no e pelo trabalho, mas baseada em uma estratégia de incorporação de disposições duráveis dos estudos. Este processo se divide primeiramente em duas fases: a) a inicial, em que o controle familiar é explicitamente coercitivo, cotidiano e baseado na insistência contínua de tal prática e; b) a tardia, na qual o controle familiar não necessita mais se impor sua autoridade diretamente, em razão de o indivíduo já ter incorporado o autocontrole básico. Este é o sentido da “fala” de Denise quando ela afirma que sua mãe “aliviou” e de que era mais “adulta ou culta”. A “pressão” da mãe, figura social cumpridora, na maioria das vezes, da educação disciplinar cotidiana, pode ser aliviada em função de a disciplina já ter sido incorporada. Simmel (1989, p. 163) havia percebido como a socialização burguesa é aquela que não se impõe pela força bruta e taxativa da autoridade, mas é capaz de absorver os elementos transgressores em seu patrimônio na medida em que estes são canalizados sublimadamente para outro fim. Uma disposição ameaçadora pode ser transmutada para uma finalidade comportamental positiva. Por conseguinte, entra em jogo neste tipo de socialização de classe um *princípio de poupança de forças (Prinzip der Kraftersparnis)*, aliviando suas tensões internas. Esta é, em nossa ótica, o elemento marcante do patrimônio das disposições nas classes dominantes⁷.

⁷ Infelizmente não haverá espaço no presente artigo para explorar a gênese das condições e disposições econômicas ligadas a este tipo de patrimônio. Resumidamente, seguimos à assertiva de que famílias pertencentes a esta classe social, desenvolvem uma relação muito peculiar com

Quando adentramos as condições econômicas familiares de Denise entendemos melhor uma das razões porque ela jamais construiu uma autoimagem como a de Roger:

(...) A gente já tinha apartamento próprio. Eu tinha amiguinhos que enfrentavam problemas de aluguel e etc... Eu nunca tive esse problema financeiro na minha casa. A gente viajou para a Disney. Eu viajei com 19 para Disney (...). A gente não viajava direto pra fora, mas Brasil e América Latina a gente viajou muito". (Denise 32 anos, engenheira de produção).

Com condições econômicas estáveis, as preocupações e expectativas sociais se transformam. Assim, o uso do tempo social pode tomar outro rumo enquanto esta dinâmica particular com o dinheiro constitui uma espécie de contexto de atualização primário (LAHIRE, 2001). Ele permite a introdução de outro princípio de hierarquização temporal mais confortável e já livre de constrangimentos urgentes. Mais do que o acesso a mercadorias, o acesso às condições privilegiadas de usar o tempo social constroem uma possível matriz de reconversão de disposições. É claro que isto não ocorre simplesmente pela posse de capital econômico, mas na compreensão prévia e pré-reflexiva deste uso. Neste sentido, estratégias econômicas também são culturais em razão de o dinheiro exercer o seu “poder” numa direção social particular. Esta visão de mundo, assim como no caso de Denise, se retrata na primazia da percepção inarticulada do estado incorporado do capital cultural (BOURDIEU, 1979). Em contraste, as classes populares o reconhecem de modo já realizado objetivado, o que geralmente envolve não só, como analisou Bourdieu, um reconhecimento sem o conhecimento, mas também a ausência de uma

o dinheiro. Primeiramente seu trabalho social se reverte em condições econômicas previsíveis e estáveis, o que ao mesmo tempo abre a chance de poupar sistematicamente uma parte de sua renda. Não que os Batalhadores não poupem, mas este campo disposicional se torna descontínuo e marginal, em vista das contradições de classe em meio as quais vivem. Em seguida, esta se transforma em um investimento financeiro. A esta forma de circulação do capital econômico denominamos de *função de capital da renda*. Precisamente este elemento permitindo com que as disposições econômicas das classes burguesas se diferenciem, isto é, na medida em que um uso do dinheiro não limita diretamente outro, seja em intervalos temporais distintos ou simultâneos. O quesito mais essencial aqui é a independência relativa entre disposições de retaguarda financeira e as de consumo. Aliás, esta diferenciação é o que autoriza uma percepção estética do ato de consumir, pois este adquire uma esfera de uso do dinheiro que lhe é própria – longe da interferência das privações econômicas imediatas. Ver. Capítulo IV, 2014, no prelo.

educação cultural particular. Quando isto acontece, o estudo raramente se torna uma prática social diferenciada das outras:

A minha mãe assim, trabalhou, trabalhou a vida inteira, *desde os 14 anos*. (...). A minha mãe e o meu pai, eles nunca tiveram muito assim visão de crescimento, vamos dizer assim, profissional. É muito mais aquela visão, assim, de estar sempre trabalhando, *de ter independência ou... de eu ter a minha independência* assim, eu compro as minhas coisas e coisa e tal, por exemplo, tem 1 semana que eu saí da Embratel, mas daqui há 1 mês, já não vou tá mais aguentando ficar em casa. Por que eles me ensinaram a não ficar à toa, estar sempre correndo atrás de alguma coisa, entendeu?! Eles só, eles não tiveram muita estrutura pra me passar assim, uma visão de crescer profissionalmente e em estudos, entendeu? Isso, se eu hoje faço faculdade, é porque eu quero, porque eles não sabiam como me guiar em relação a isso. A culpa não é deles, mas é porque eles não tiveram essa base entendeu?

Sua influência nas disposições dos estudos:

Eu acho que a frase de todo pai e mãe: “Em casa não, vai estudar!”. Essas coisas assim. De ir pra frente, tipo assim, procura crescer você mesma. Hoje, por exemplo, na Federal, quem que estuda mais? Quem... é gente que tem dinheiro... Por quê? Tem tempo de se dedicar mais aos estudos, estuda nos melhores colégios... agora, quem tá lá que não (...).que trabalha e estudam teve muita força de vontade. Eu não sou exemplo disso. Por que eu não consigo conciliar. Eu prefiro me dedicar mais a trabalhar bastante e conseguir pagar o meu curso, que eu faço particular, né?! Eu não consigo ficar o dia inteiro estudando, me dedicar só a isso, abrir mão de outras coisas assim, enfim (...).E uma outra coisa também. Infelizmente é assim, quem tem essa melhor condição financeira, tem mais facilidades para outra coisa. Por exemplo, eu, eu não tenho que conciliar só o meu trabalho e o meu estudo... eu tenho q tomar conta de um monte de problema da minha casa, vamos colocar assim... Você tem tempo pra tudo. Você está ali só para estudar. É... e se você tem problemas... eles são pequenos. Agora, quando a situação é contrária e você tem que ajudar nos “problema” de casa, que sua mãe ficou doente, que seu irmão tem não sei o que lá, que tá precisando disso, daquilo... É outra situação (Mariana, atendente de telemarketing e estudante na área de gestão de recursos humanos).

Na passagem de Mariana fica clara a diferença entre as duas socializações de classe: se na família de Denise, o estudo cumpre uma função precedente e distinta das outras, na de Mariana ele é secundária e

indiferenciada de outras na medida em que convive com outras atividades, tolhendo a racionalização alongada da trajetória profissional através dos estudos. A socialização disciplinar do trabalho ganha primazia mesmo que indiretamente, já que não foi diretamente obrigada a trabalhar por seus pais. Ademais não há um empreendimento próprio, o que neste caso exerce uma influência decisiva. Mesmo assim, o vínculo afetivo de admiração e reconhecimento não acontece por meio do uso do tempo social destinado à educação familiar dos estudos. Isto se reflete diretamente na durabilidade de suas disposições para o aprendizado e estudo. Embora muitas vezes de modo potencial, a proximidade com as urgências econômicas primeiras também incute um padrão socializador através do trabalho por necessidade: este é o sentido de “estar sempre trabalhando” para além da percepção intuitiva de que o “crescimento profissional” corrobora a ascensão pelo acesso ao trabalho como conversão do capital escolar especializado. Ela funciona comumente através do medo do futuro constituindo uma mistura entre rigorismo e realismo. Para além deste quesito, percebemos que o ambiente familiar de Mariana impede a organização emocional necessária com tempo tendo em vista a atividade dos estudos. A transmutação dos estudos em uma prática social primária, ou seja, a dedicação integral como via de incorporação de disposições duráveis pressupõe transformá-lo em uma “urgência”, canalizando o uso do tempo social e da energia afetivo-cognitivas no exercício desta atividade (BOURDIEU, 1981). O silêncio, a compartimentação do horário e a propriedade individual do tempo social em casa são quesitos absolutamente centrais na coordenação emocional necessária destas disposições. Além disso, este treinamento social da concentração e da capacidade analítica é comumente acompanhado por sanções normalizadoras, visando reconduzir disposições rebeldes a um fim desejável. Por exemplo, Denise havia um dia decidido não mais frequentar o curso de inglês pago por seus pais. Após alguns meses eles descobrem que ela não está mais indo às aulas. Por fim, eles lhe dão uma bronca e matriculam-na novamente no mesmo curso.

Além disso, esta tensão constante, radicalizada pelo emprego no telemarketing, constitui uma representação instrumental do estudo, devido à

urgência na inserção no mercado de trabalho. Isto quer dizer que certamente muitos Batalhadores incorporam disposições relativas aos estudos, mas não como resultante de uma atividade especializada e contínua. A tensão típica entre trabalho e estudo na classe trabalhadora desencadeia um efeito de resistência com relação às estratégias escolares. Em contraste, a proteção sócio-familiar da inserção prematura no mercado de trabalho desqualificado ou no formal precário tendo como contrapartida o investimento racional no sucesso escolar representa fielmente o conjunto fundamental de estratégias sociais das classes médias burguesas estabelecidas, mas também de frações superiores de Batalhadores alçando à ascensão social. Aliás, nossa entrevistada Denise confirma esta tese quando analisamos a geração de seu pai, que conseguiu ascender socialmente através de uma classificação positiva do sistema de ensino, preservando seu investimento social nos estudos. É um caso raro em face desta posição de classe reagir de modo extremamente negativo à frustração escolar, sendo incomum o investimento social através da insistência na ascensão pelo sistema de ensino. Ainda que tenhamos que respeitar as diferenças históricas da classe, não vemos no pai de Denise a tensão entre trabalho e estudo, sendo justamente a ausência desta a condição de possibilidade para que o estudo se torne em uma atividade especializada e primária.

Assim, nas classes médias burguesas o *trabalho social aparece como reconversão dos estudos*. Esta é o efeito da organização escolar da trajetória profissional, desembocando no trabalho especializado. A afinidade eletiva entre sistema de ensino e mercado de trabalho é aqui absolutamente fundamental, pois a reconversão dos estudos em trabalho é primeira forma de qualificação do trabalho social. O conceito de carreira, ou seja, de que a trajetória profissional no campo econômico mantém uma continuidade minimamente orgânica em que as mudanças de rumo, mas principalmente o futuro social é passível de ser previsto. Nada mais ao avesso do mundo do trabalho batalhador em que prevalece o *fracionamento* da trajetória profissional. Justamente por serem basicamente expurgados para a periferia da hierarquia escolar ou desempenharem o trabalho desqualificado, salta aos

olhos do pesquisador o traço intermitente, inconstante e fragmentado de suas trajetórias, como se tivessem que reconstruí-las do marco zero a cada sinal de impermanência.

Se a noção de carreira em Richard Sennett (2008) se vê colocada em risco pela transformação das condições de trabalho e em razão desta impossibilidade se estabelecer fixamente em um emprego, esta é também a resultante da interpenetração do sistema de ensino no mercado de trabalho (campo econômico). Esta me parece ser precisamente o ponto cego da argumentação sennettiana, já que estabilidade em uma empresa correspondente a apenas um aspecto da trajetória profissional dos indivíduos. Certamente a capacidade de previsibilidade e de reorganização temporal ante a estas novas condições estruturais do trabalho se confirma como um elemento absolutamente nodal e distintivo das classes sociais.

A interpenetração entre sistema de ensino e divisão social do trabalho é um dos quesitos principais que injetam uma nova gama de variáveis ao mesmo tempo em que pré-organiza o trabalho social, especializando-o. Este processo social estabelece a base de compromissos sociais inéditos, mas igualmente de novas tensões e conflitos. De modo geral nesta configuração social, o estudo e o sistema escolar se põem crescentemente a serviço da formação de uma força de trabalho. A decorrência “trágica” desta passagem é a crescente forma de capital da cultura na medida em que o conhecimento assume sua forma de “mercadoria cultural” (BOURDIEU, 2003). Seu efeito no trabalho social se reflete tanto no esvaziamento lúdico do estudo, ao passo que este é cada vez mais racionalmente objetivado sob a forma desempenho, adquirindo forte traço competitivo, isto é, provas, concursos, notas e etc., quanto no apagamento da dimensão ético-valorativa do trabalho ao ser reforçado o seu caráter reprodutivo.

3. Disciplina e amor como elementos formadores da ação social

Neta secção final gostaria de empreender um debate entre Foucault (1993) e Honneth (2012) sobre o elo entre família e pertencimento de classe. Em distinção diametral com uma abordagem intencionada a opor os autores, procuramos uma que nos conduza a um panorama sintético.

O primeiro autor nos é caro, pois aponta para um novo tipo de poder emergido na aurora dos tempos modernos: o disciplinar. Este é, por sua vez, encarnado nas principais instituições modernas, sobretudo, nas punitivas, como é o caso da prisão. A singularidade histórica desta modalidade de poder se distancia diametralmente das formas encontradas em sociedades pré-modernas. O poder disciplinar é aquele que exige do corpo a ele submetido um aprendizado prático. A coerção que é inicialmente imposta por meio de procedimentos sociais almejando racionalizar, enquadrar, dividir e classificar a conduta temporal e espacial do indivíduo se torna por fim internalizada e fazendo parte tanto da auto representação como da conduta prática deste. Assim, o novo sentido social da obediência exige uma maestria disciplinada sobre si e o próprio corpo (Ibidem, p. 161-162). Este treinamento do comportamento consiste no que Foucault chama de arte das repartições. Ela visa, ao transformar o corpo em alvo consciente de socializações; um adestramento da ação social na medida em que opera distinções simbólicas espaciais e temporais. Em geral, estas operações preconizam a organização temporal da ação, uma classificação do espaço tornando-o útil (funcional) e a sistematização das idiosincrasias.

No entanto, ao não adentrar na socialização familiar primária tanto burguesa quanto na trabalhadora como formadoras dos valores modernos, ele acaba por não compreender como uma sanção normalizadora também possui um lado moral, já que ela - quando é bem sucedida - não incorre nem no abandono social total do indivíduo, nem no uso direto da força física, mas na recanalização pedagógica das energias e pulsões transgressoras⁸. A conduta

⁸ Em *Zur Theorie des Pessimismus* (1900), Simmel percebia, por exemplo, como o pessimismo cultural aderiu a uma apropriação negativa, mas metafórica dos valores burgueses dominantes como forma de apresentar sua visão de mundo. A violência e a brutalidade assumem um lugar de cunho metafórico na construção das alegorias estéticas e na busca incessante por modos de vida alternativos, isto é, enquanto destruição crítica dos valores culturais espirituais de uma época.

expressiva e criativa nada mais é, por exemplo, do que a contestação disciplinada crítica e já sublimada. Assim, por não atentar para os aspectos diferenciais do poder disciplinar, ele tende a enxergá-lo como potencialmente destruidor da multiplicidade e de uma espontaneidade ontológica original. É por este motivo que a posição teórica foucaultiana tende a obscurecer a dialética entre poder e moralidade, entendendo o poder disciplinar univocamente como controle, obediência, *aceitação* ou punição sem atentar para como o elo entre disciplina e condições psicossociais serve não apenas para fabricar corpos dóceis, mas também indivíduos sociais capazes de pensamento interventor crítico e resistência. Esta duplicidade estrutural do poder disciplinar presente, em contextos e instituições diversas, compõe uma esquematização absolutamente vital na socialização do indivíduo moderno. Ora, se a disciplina incorporada serve, sobretudo, na prisão, como forma de obediência e sujeição do corpo a um adestramento coercitivo, esta mesma pode, combinada com outras formas de socialização conter o germe de uma visão reflexiva do mundo social. A direção de seu desenvolvimento em outras esferas sociais pode contribuir no aprendizado de outras formas de comportamento e disposições, tomando assim outro contorno em seu jogo de forças interno. Esta individualidade analítica é simultaneamente lócus da obediência de estruturas sociais pré-concebidas, mas também de aprendizados potencialmente transformadores. A incorporação do autocontrole e a eliminação da autoridade externa pressupõem a obediência a regras objetivamente estabelecidas, mas também um poder – mesmo em estado potencial - compreensivo e criticamente avaliativo das hierarquias valorativas. O cuidado e a proteção no seio familiar são também responsáveis pela construção da estima e do respeito de si (um senso de justiça). Há aqui a construção, através da educação familiar um entendimento prático do lugar do indivíduo no mundo social, um senso de colocação.

O segundo autor a ser tratado aqui é Axel Honneth. Ele procura construir as bases de uma teoria etapista do reconhecimento e do desenvolvimento de uma auto relação prática positiva do indivíduo social. Distinguindo entre três fases essenciais do reconhecimento, a primeira, no seio

familiar nos é de interesse particular. O amor, a etapa do reconhecimento familiar e da formação primária desta auto relação prática positiva, não deve ser interpretado sob a ótica unilateral das relações íntimas românticas, mas como elos simbólico-afetivos primários – um “ser si mesmo no outro” (Ibidem, p. 154). A partir da psicologia social de Winnicott ele encontra uma forma elementar de simbiose entre criança e figura materna, constituinte de uma interação primária. Há nesta fase uma circunstância que se caracteriza pela fusão total, isto é, uma união simbólica entre criança e figura materna. Sem dúvida, Honneth se refere a famílias mais ou menos integradas no capitalismo e no mundo do trabalho, já que o cumprimento desta exigência seria impossível para quem se vê numa constante tensão entre trabalho e família, não podendo contar com outros membros familiares. Este fio condutor leva ao desenvolvimento positivo da subjetividade a partir deste cuidado primário contra as intempéries do mundo exterior ameaçador. Desta forma, neste estágio do desenvolvimento infantil, o bebê ainda se encontra numa dependência completa de um terceiro no atendimento de suas necessidades emocionais e físicas. À medida que a mãe retoma seus afazeres cotidianos, a criança tem, assim, que se adaptar à nova situação, o que envolve uma evolução cognitiva na separação entre “eu” e “ambiente”. Ele é, assim, forçado a construir uma unidade psíquico-simbólica de seu ego enquanto alguém que possui direitos, mas também apetites. Se a criança deve a este ponto, poder expressar algumas de suas vontades de modo autônomo, ela precisa, para tanto, desenvolver um espaço emocional e cognitivo próprio na medida em que adquire através do apoio familiar incondicional, a capacidade de estar sozinha. O desenvolvimento desta função psíquica e afetiva incute uma segurança existencial no indivíduo, o que também pode ser chamada de autoconfiança. Em suma, a construção da autoconfiança se dá em razão da existência prévia de laços de confiança intersubjetivamente garantidos dentro da família.

Justamente por se ater exclusivamente à fase primária da socialização familiar, Honneth não atenta para um elemento absolutamente central em sua fase secundária: a socialização disciplinadora. Ora, se o processo de evolução

emocional e cognitiva leva a criança a se tornar fonte relativamente autônoma de seus apetites, esta tem, por outro lado, de ser controlada. Nesta fase inicial, o cuidado toma a dianteira como proteção total, porque, nesta fusão mútua, a criança não oferece qualquer resistência. Ademais, aqui, a socialização disciplinadora pouco entra em cena por causa da exclusividade em que a família se coloca nas esferas de convivência do agente. Nesta fase secundária da socialização familiar, uma educação que abrisse mão da incorporação do comportamento disciplinado através de sanções cotidianas, preenchendo e substituindo crescentemente o espaço que era dedicado à atenção integral da mãe, teria como resultado de uma dependência total perversa (criança mimada)⁹. Deste modo, cuidado e disciplina convivem num espaço de tensões valorativas e avaliativas constante.

No desenvolvimento secundário da criança na família poderíamos arregar o fato de que esta entra em contato de maneira cada vez mais frequente com outras “matrizes socializadoras” e, sobretudo, com a inserção na escola e posteriormente o mundo do trabalho. No universo das classes populares, notadamente da Ralé Estrutural (idem), estes dois mundos estão sempre perpassados pelo perigo da desclassificação total pela delinquência ao passo que a autoridade simbólica parental não está em condições nem de garantir as circunstâncias positivas da simbiose primária com o bebê e muito menos de compô-la com uma socialização disciplinar, visando formar um patrimônio de disposições apto ao sucesso escolar ou a se tornar um trabalhador produtivo.

Considerações finais

O artigo buscou relacionar alguns aspectos teóricos da sociologia da família a uma investigação empírica qualitativa. Este é o resultado de um percurso de pesquisa realizado durante seis anos, que contou com mais de 50 entrevistas em profundidade. Elas foram conduzidas de modo a penetrar e contextualizar

⁹ Isto poderia resultar na incorporação de disposições para crer não acompanhadas pelas de agir. Ver Bernard Lahire, 2001.

os aspectos pré-reflexivos e automatizados da trajetória social de cada entrevistado, respeitando seu passado e sua origem de classe. Com isso, foi possível reconstruir o “microcosmo” no qual se desenvolvem suas tendências para agir. Tais entrevistas de caráter reconstutivo não visam tomar o indivíduo isoladamente, mas reconduzir o seu comportamento à teia significativa e histórica que constituem sua materialidade, ou seja, a objetividade social no qual se inserem. Ao tomar esta ideia como pressuposto básico entende-se que toda ação se dispõe em tensão com outras tendências, ainda algumas prevaleçam sobre outras. Isto se refletiu no esforço de conduzir mais de uma entrevista com a mesma pessoa em ocasiões distintas com o intuito de apreender e captar tais nuances comportamentais. Ou seja, trata-se de rejeitar a aceção de que tais “histórias de vida” comporiam “meros relatos”, desconectados de um processo de socialização familiar e de classe, objetivamente filiados às instituições modernas, como sistema de ensino, saúde e economia. Eis a importância do empenho analítico e comparativo, tendo como intento principal o estranhamento dos aspectos que parecem óbvios, pois já se encontram naturalizados por todos. Quase sempre tal processo acontece primeiramente no seio familiar.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. Épreuve scolaire et consécration sociale [les classes préparatoires aux Grands Écoles] *actes de la recherche en sciences sociales* Année 1981, Volume 39, Numéro 39 pp. 3 – 70.

BOURDIEU, P. *La Distinction: critique social du jugement*. 1.ed. Paris : Minuit, 1979a.

BOURDIEU, P. *Méditations Pascaliennes*. 2. ed. Paris, Éditions du Seuil, 2003.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 3ª Ed., São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

ELIAS, N; SCOTSON, J. *Etablierte und Außenseiter*. Erste Auflage. Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 1993.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. 1. Ed. Paris: Gallimard (collection Tel), 1993.

HONNETH, A. Arbeit und instrumentales Handeln. Kategoriale Probleme einer kritischen Gesellschaftstheorie. In: HONNETH, Axel (Herausgegeben) Arbeit, Handlung, Normativität: Theorien des historischen Materialismus 2. Erste Auflage, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1980.

HONNETH, A. *Kampf um Anerkennung*, 7 Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag,

LAHIRE, B. De la Théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In:

LAHIRE, Bernard (Org.) *Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. 2 ed. Paris, La Découverte, 2001.

SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SIMMEL G. *Zur Theorie des Pessimismus*. Die Zeit. Wiener Wochenschrift für Politik, Volkswirtschaft, Wissenschaft und Kunst. 22. Bd. 1900, Nr. 277 vom 20. 1., S. 38-40.

SIMMEL, G. Geld und Nahrung Der Tag, Nr. 74, 28. März 1915, Ausgabe A, Illustrierter Teil (Berlin).

SIMMEL, G. *Philosophie des Geldes*. Erste Auflage, Köln: Anaconda Verlag, 2009.

SIMMEL, G. Über die soziale Differenzierung. Gesamte Ausgabe (Aufsätze 1887 bis 1890), Hrsg. von Otthein Rammstedt, Band II Hrsg. von Heinz – Jürgen Dahme, Erste Auflage, Frankfurt am Main, Surhkamp, 1989.

SOUZA, J. (Org.) *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

VISSER, R. *Para uma sociologia do dinheiro: investigações sobre o habitus econômico de classe*. Universidade Federal de Juiz de Fora, defendida em Juiz de Fora, no dia 15 de Março de 2015.